

## **DONA LUCÍA. A BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA**

**Resenha:** MATUS Alejandra. **Doña Lucía. La biografía no autorizada.** 2ª.ed. Santiago. Chile. Ediciones B. 2013. 279, pág.

**Marcial Saavedra Castro<sup>1</sup>**

Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia, UFBA

Este trabalho da jornalista chilena Alejandra Matus retrata o perfil biográfico da mulher e esposa do general do Exército chileno Augusto Pinochet Ugarte, considerada uma das mulheres mais poderosas do Chile durante os 16 anos de ditadura militar que viveu o país, entre 1973 e 1989. Alejandra Matus é formada em jornalismo pela Universidade Católica do Chile e Master em Administração Pública na Harvard Kennedy School. Atuou como jornalista em rádio, agências de notícias, jornais, revistas e meios digitais, e é autora e coautora de livros tais como “Crimen com Castigo” (1996), “El libro Negro de la Justicia Chilena” (1999), “Injusticia Duradera” (2002) e “Los Archivos del Cardenal. Casos reales” (2011). Seu trabalho tem recebido o reconhecimento internacional como o Premio Ortega e Gasset, em Espanha, o Hellman/Hammett concedido pela ONG Human Rights Watch (HRW) e el Vasyl Stus, outorgado pela organização PEN Internacional. Atualmente, é professora associada da Escola de Jornalismo da Universidade Diego Portales, em Santiago, Chile.

O livro está dividido em sete capítulos, sendo o primeiro deles “*A inocência*”, que aborda os primeiros anos de vida de Lucía até sua adolescência, seguido dos outros seis e mais um epílogo, cada um deles relacionados com os sete pecados capitais, a partir de uma perspectiva católica dos vícios de conduta humana, ordenados na seguinte ordem: *Ira, inveja, Lujuria, Gula, Sobervia, Avaricia e Pereza*. Em cada um deles, a autora vai desvendando facetas dessa mulher desconhecida para a maioria dos chilenos, e, por que não, para o mundo, num trabalho minucioso que levou mais de dois anos recompilando documentos, livros e valiosas entrevistas de pessoas, a maioria delas preservando o seu

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, sob a orientação da Profª, Drª Lina Aras. Membro do grupo de estudos *Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades* (MDC).

anonimato, e que tiveram a sorte ou o azar de compartilhar com “Dona Lucía”, como ela gostava de ser chamada.

Como a neta mais querida do seu avo, Lucía, Osvaldo Hiriart, um senador do partido Radical entre o final da década dos 30 e início dos 40 do século passado, fazia questão de mimá-la e sair para passear alegremente pela cidade de Quillota, ao norte do Chile. Ali, segundo o relato de Luis Alberto Ganderats, parente da avó de Lucía, Gabriela Pinochet e um dos entrevistados da autora, a pequena Lucía já expressava seu protagonismo público ficando em pé no meio da rua dessa cidade como o braço em alto, para fazer os carros pararem ordenando, de modo imperativo, “Parem. Eu sou a filha do Senador Hiriart”.

Mas a figura de mulher forte e toda poderosa da ditadura mais violenta do continente se revela nas páginas do livro, aos poucos, uma figura frágil, contraditória e que não mede esforços para influenciar o seu marido e aos mais próximos do poder para obter o que ela quer. Porém, avançada a década dos 50, seu Marido Augusto é enviado ao Equador numa missão militar e ali experimenta por primeira vez a corrosiva e angustiante dor dos ciúmes.

Em Quito, Augusto Pinochet se enamora de uma equatoriana, Piedad Noé, e Lucía, diante da infidelidade do seu marido e a falta de coragem dele para contar-lhe sobre a traição, apela para o comportamento naturalizado de lidar com as suas atribuições maternas e decide, segundo a autora, “(...) ir á guerra, recorrendo à ancestralidade tática de prende-lo com um novo filho” engravidando pela quarta vez. A estratégia, ancorada na esfera doméstica da reprodução, não se traduz numa reconquista do seu amado, e Pinochet continua o romance com a equatoriana, atraído pela sua beleza, talento musical, já que era pianista como sua mãe, e frequentadora da alta sociedade equatoriana.

Já de volta ao Chile, tendo que ir a viver na cidade nortenha de Antofagasta, onde seu marido foi designado, o fantasma da traição continua atormentando Lucía, passando por momentos de depressão profunda e de total descuido de si e dos seus filhos. Baseada em relatos de uma das entrevistadas, amiga de Lucía à época, Matus descreve que “a casa estava sempre suja, na banheira se acumulavam as fraudas de pano, de molho, sem lavar, impregnando a casa com um cheiro insuportável ao qual Lucía já estava imune”, somado a uma vida social cada vez mais escassa, eram o reflexo de uma mulher mutilada na sua autoestima, sua paixão e seus sentimentos em pedaços.

A decisão não declarada de transgredir as normas impostas que aprisionam Lucía numa identidade submetida de esposa e mãe, não é enfatizada pela autora, nem dignas de uma análise que contemple um horizonte além das oposições binárias de homem /mulher e seus respectivos papéis dentro da sociedade. A obra de Alejandra Matus essencializa determinados comportamentos, os quais, numa sociedade como a chilena e ainda em circunstâncias políticas particulares, representam um conjunto de expectativas depositado na trajetória de uma mulher, descartando as pluralidades que possam estar inseridas nessas trajetórias.

Posterior ao golpe de Estado do 11 de setembro de 1973, Lucía Hiriart será a responsável pela direção do CEMA (Centro de Madres-Chile) originalmente criado como um centro de mães, em 1954, e posteriormente como fundação. A partir da liberdade que lhe outorgava o próprio poder ditatorial, a mulher de Pinochet transformou essa instituição num verdadeiro “exercito pessoal”, com o intuito de materializar todos seus caprichos, impor suas regras, e no silêncio da censura e das arbitrariedades, usou esse órgão para se apropriar de um escandaloso patrimônio pessoal.

Como uma forma de expiar o seu passado, dentro e fora do Chile, na fase de início de carreira do seu marido, Lucía fiscalizava obsessivamente a conduta marital dos seus funcionários, fossem eles uniformados ou civis, configurando o que a autora denomina o caráter “moralista e católico-integrista” da ditadura chilena. Atormentava- lhe a infidelidade e muitos colaboradores próximos a ela, ou ao governo, sofreram a ira da primeira dama por suas aventuras extraconjugais.

Revela-se, assim, uma mulher que não se limitou a ser a sombra do governante e, sim, alguém que exerceu o poder com mão dura, e sua soberbia era tal que, nas oportunidades em que ela tinha que participar de decisões políticas relevantes, seja com relação às próprias decisões do governo, como também sobre assuntos que recaíam diretamente sobre o pessoal de confiança ou afins, ela usava uma frase implacável “Tem que fazê-lo sem contemplações”. Na medida em que se imiscuía nos assuntos de Estado, revelava seu caráter autoritário, afastando membros do próprio governo ou pessoas próximas, fossem elas militares ou civis o que deixou, em muitas ocasiões, o próprio Pinochet em situações muito embaraçosas.

Concomitante ao golpe de Estado emerge outra mulher, que, se por um lado, será descrita como a responsável direta pela trajetória militar do seu companheiro até

transformar-se na figura central nos anos de ditadura, por outro, se mostrará pouco ou nada disposta a ser domesticada dentro de uma casa cuidando dos filhos. O poder lhe institui uma nova identidade, que não emana das instituições tradicionais, e sim da própria personificação do Estado que ela representou junto a Pinochet, a qual, se sintetiza numa afirmação dada por ela aos periodistas no ano de 1984: “Se eu fosse a chefe deste governo, seria muito mais dura que o meu marido e teria o Chile inteiro em estado de sitio”.

Segundo a autora, sua avareza era algo que se expressou, sempre, de forma muito contraditória, pois seu discurso defendia a austeridade e promovia incansavelmente a vocação dos chilenos e de si própria para o serviço público. Mas, na prática, ela se apropriou do patrimônio público da forma mais inescrupulosa possível, evidenciando que não se conformava em ser somente uma mulher por trás do poder do seu marido e do exército que ele comandava, eliminando de vez a distância entre os bens do Estado e os seus próprios.

Se esse comportamento era fruto dos seus pecados capitais, certamente o leitor o poderá deduzir, mas nem com todo esse poder na mão, ela foi capaz de controlar as aventuras sexuais do seu marido. Um dos entrevistados por Alejandra para a elaboração deste livro era um dos seus guardas pessoais, que relata as saídas que o General Pinochet fazia para “se relaxar”, para poder atender as suas amantes, ou às vezes, prostitutas escolhidas para a ocasião. O General se ausentava durante 3 ou 4 dias para diversos pontos do país.

Entre as normas de segurança utilizadas por Pinochet e seus cúmplices, se registra a necessidade de que essas amantes não usassem maquiagem e menos ainda perfume. Para poder despistar a sua esposa Lucía, na hora de voltar para casa, as amantes de ocasião ou as mais estáveis usavam perfume masculino, eliminando os vestígios mais elementares duma traição.

O plebiscito de 1989 abalou sensivelmente Lucía, amplificado pela prisão do seu marido em Londres, ainda como Senador Vitalício, o que resultou numa longa negociação para recuperar sua liberdade e retornar ao Chile. Assim, desde a morte de Pinochet, o dia 10 de setembro de 2006, o mesmo dia em que Lucía celebrava o seu aniversário pelos 84 anos de vida, e coincidentemente, a data do Dia Internacional dos Direitos Humanos, Lucía já não ostenta as regalias que usufruiu durante quase duas décadas de poder absoluto do seu marido com o respaldo ameaçador das armas.

Atualmente, ela se lamenta, de forma específica, pela rejeição que sofre por parte das mulheres, pelas quais tanto lutou e ajudou. Percebe também como agora suas fiéis seguidoras lhe dão as costas e a criticam pelos seus maus gostos e sua forma nada elegante de ser. Ademais, é condenada pela justiça chilena devido às numerosas irregularidades cometidas à frente do CEMA e dos bens públicos que acabaram se transformando em patrimônio pessoal dessa mulher. Ela, que sonhava em transformar-se na Eva Perón Chilena, mas que acaba seus dias na solidão das suas sombras.

Os sete pecados capitais, que integram a biografia não autorizada de Dona Lucia Hiriart de Pinochet, explicitam a trajetória de uma mulher que viveu as imposições de uma sociedade patriarcal, educada por uma família de valores tradicionais e conservadores e casada com um militar de poucas ambições pessoais e profissionais. A frustração de certas expectativas traz à tona a busca por estratégias femininas que se insubordinam contra essas relações assimétricas na sociedade e no espaço doméstico, alterando comportamentos naturalizados e passivos.

Os pecados podem ser interpretados não como os vícios de conduta, e sim, como as diversas facetas que adquire Lucía enquanto mulher. Facetas estas que rompem com a unidade estática, questionando concepções arraigadas e contribuindo para a construção de atitudes e discursos contra-hegemônicos. Além do anonimato concedido à a maior parte dos entrevistados, fica evidente que a figura pública de Lucía exerceu muito mais medo do que paixão. A pesar dos silêncios e das limitações de uma biografia não autorizada, a obra permite conhecer a uma Lucía que transita por identidades diversas, que vão desde a sua submissão e passividade perante seu marido, até o pleno exercício do poder como uma das mulheres mais impetuosas do Chile.